

## **A (Des)valorização docente na Educação Infantil em tempos atuais: rompendo barreiras...**

Vivian Leite Pereira Montanher (UEL)

[vleitepereira0@gmail.com](mailto:vleitepereira0@gmail.com)

Marta Regina Furlan (UEL)

[mfurlan.uel@gmail.com](mailto:mfurlan.uel@gmail.com)

Marcela Regina Mafra (UEL)

[mrm\\_mafra@yahoo.com.br](mailto:mrm_mafra@yahoo.com.br)

### **1 Introdução**

A exigência de uma educação de qualidade com vistas a proporcionar aos (as) estudantes os caminhos necessários para uma formação capaz de torná-los autônomos para a vida em sociedade, requer uma valorização profissional que possa garantir que os (as) docentes tenham seus direitos respeitados a partir das políticas educacionais vigentes.

Ao longo dos anos essa valorização fica mais distante, principalmente no que tange às condições de trabalho desfavoráveis, jornadas exaustivas, remuneração insuficiente e formações inicial e continuada precárias levando a desvalorização do profissional que atua na Educação Infantil e a sua baixa autoestima, dificultando alcançar os objetivos a que se propõe. “O trabalho do professor consiste no ensino de conhecimentos científicos acumulados historicamente, mas não deixa de considerar e produzir a humanidade nos sujeitos” (MENDES et al, 2022, p. 2).

Nesse sentido, baseado em autores como: Adorno (1995), Mendes (2022), Ens (2019), entre outros, pretende-se compreender como tem se dado a profissão docente e sua valorização, bem como a luta diária e constante dos (das) professores (as) por uma educação de qualidade, rompendo com a barbárie que a profissão enfrenta ao longo da história, potencializando o enfrentamento da (des)valorização docente e a garantia de reconhecimento da profissão.

Assim, esse texto é fruto das discussões no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Infância e Teoria Crítica (CNPq/UEL) e dos estudos realizados no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Tem como objetivo principal discutir sobre o processo de (des)valorização do (a) professor (a) da Educação Infantil em tempos atuais. De modo particular, refletir sobre a necessidade da formação inicial e continuada para uma atuação mais digna e de qualidade com as crianças.

## **2 Desenvolvimento**

*“Foi a semelhança que permitiu, há milênios, que a posição dos astros produzisse efeitos sobre a existência humana no instante do nascimento” (BENJAMIN, 1987).*

Assim como em diversas outras profissões, a docente desde sua efetivação vem sofrendo com a crescente desvalorização e com a mínima garantia de direitos. No que se refere ao processo em prol da valorização profissional de professores (as), Carissimi & Trojan (2011, p. 58) afirmam que:

No Brasil, a valorização profissional é proposta pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996). Entretanto, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as reformas educacionais, das duas últimas décadas, estabeleceram limites para tal valorização.

Com as mudanças ocorridas na sociedade mundial e, especificamente no Brasil, mesmo que a intenção das reformas educacionais seja buscar pelas melhores condições de trabalho dos (as) professores (as), há ainda uma caminhada a ser desenvolvida em favor da garantia deste processo de reconhecimento do trabalho pedagógico docente em relação as crianças da Educação Infantil. Adorno (1995, p. 99) no texto ‘Tabus acerca do Magistério’ traz uma reflexão crítica sobre a profissão docente: “De uma maneira inequívoca, quando comparado com outras profissões acadêmicas como advogado ou médico, pelo prisma social o magistério transmite um clima de falta de seriedade”.

Em comum acordo com as reflexões adornianas, Moreira et al (2020, p. 2-3) evidenciam a mesma compreensão acerca da profissão docente, remetendo-se ao processo de (des)valorização da profissão por diversos fatores:

Inúmeros impasses e desafios estão desencadeando, no cenário educacional brasileiro, situações desfavoráveis à efetivação do trabalho pedagógico com qualidade na Educação Infantil. Velhos problemas, como precariedade das condições de trabalho dos profissionais, salas de aula com número de crianças que inviabiliza o trabalho docente, remuneração inadequada dos profissionais da educação, formação de professores aligeirada e insatisfatória, têm sido cada vez mais comuns. Esse cenário também é detectado nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, reforçando a marca histórica inicial dessa primeira etapa da educação básica pautada em conceitos assistencialistas e compensatórios.

A partir destas afirmativas, há a necessidade de ressignificar o olhar em relação ao trabalho docente na Educação Infantil, efetivando a valorização deste por meio de formações continuadas que sejam potências de qualidade do ensino às crianças. Sobre esses percalços da profissão e da garantia de um trabalho de mais qualidade, Ens et al (2019) afirma que a instabilidade da carreira docente tem gerado grandes preocupações para o trabalho com as crianças. Isso porque a educação no Brasil tem passado por constantes mudanças históricas e, mesmo com as legislações vigentes, há ainda o distanciamento entre a vontade de mudar e as efetivas mudanças no que diz respeito a atuação docente com as crianças.

Em relação ao processo formativo, tem que ser considerada a formação inicial em “cursos de licenciatura em universidades ou institutos superiores de educação” (BRASIL, 1996). Entretanto, somente a formação inicial é insuficiente para o trabalho educativo de mais qualidade na educação das crianças necessitando, desse modo, da formação continuada dos (as) professores (as). Sobre o processo de formação inicial é valoroso considerar que “no período de formação acadêmica para a docência, além das aprendizagens exigidas ao longo do curso, os estudantes também lidam com tensões, dilemas, angústias, anseios e incertezas em relação a ser professor” (ENS et al, 2019, p. 3).

Em relação ao “ser professor”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no Título VI – Dos Profissionais da Educação, traz a definição desse profissional,

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei n.º 12.014, de 2009) I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei n.º 12.014, de 2009) II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei n.º 12.014, de 2009) III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei n.º 12.014, de 2009) (BRASIL, 1996, grifo nosso) (MOREIRA et al, 2020, p. 4).

A continuidade da formação, por meio da continuada se torna uma das ações de luta e resistência em favor da valorização docente e desse trabalho com as crianças. Para isso, as temáticas e suas discussões precisam efetivamente garantir o diálogo entre a teoria e prática docente, como possibilidade de ações efetivas no trabalho com as crianças.

### **3 Considerações Finais**

Ao retomar o objetivo principal deste texto, evidenciamos a necessidade de buscar novos horizontes formativos e de atuação docente, articulados pela luta por melhores condições de trabalho dos (as) professores (as) e se posicionar contra as condições de descréditos à qual são expostos, principalmente os que atuam com crianças pequenas.

Nesse sentido, vale pensar como ações efetivas o rompimento das barreiras que impedem a valorização docente em relação aos aspectos técnicos, financeiros e humanos, capacitando esse profissional e concedendo-lhe os subsídios teóricos e práticos para uma ação docente eficaz e que garanta o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças.

### **Referências**

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CARISSIMI, A. C. V.; TROJAN, R. M. A Valorização do Professor no Brasil no Contexto das Tendências Globais. **Jornal de Políticas Educacionais**. n.º 10. ago./dez., 2011. p. 57-69.

ENS, R. T.; RIBAS, M. S.; OLIVEIRA, J. L. de; TRINDADE, R. Valorização do Professor: prioridade política, tensão ou incerteza? **Cad. Pesqui.**, São Paulo. v.49. n.172. p. 260-283. abr./jun. 2019.

MENDES, B. R. D. A Valorização Social do Professor e seu Impacto na Formação da Identidade Docente: um estudo analítico. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor> - Acesso em: 25 fev. 2023.

MOREIRA, J. A. da S.; SAITO, H. I. T.; VOLSI, M. E. F.; LAZARETTI, L. M. Valorização do Profissionais ou Desprofissionalização na Educação Infantil? “novas” e “velhas” representações do professor. **Revista Eletrônica de Educação**. v, 14, 1-15, e2663033, jan./dez. 2020.